

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA****Jutta URPIAINEN****Comissária indigitada para as Parcerias Internacionais****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Considero que possuo as qualificações adequadas e a experiência profissional necessária para contribuir para o interesse geral europeu. Tenciono colaborar com os meus colegas membros do colégio nos seus esforços para defender as prioridades da União Europeia.

O meu percurso europeu começou como jovem ativista quando fiz campanha a favor da adesão da Finlândia à UE. Aos 19 anos, pude votar a favor da adesão da Finlândia à UE no referendo de 1994. Como estudante, tive a oportunidade de participar no programa Erasmus em Viena. Durante os meus estudos, promovi também ativamente a participação da Finlândia no euro. Sempre tive uma forte identidade europeia e sempre acreditei no objetivo da integração europeia; juntos somos mais fortes. Sempre quis contribuir para o futuro da Europa.

Esta convicção levou-me igualmente a ser cofundadora da secção finlandesa da Juventude do Movimento Europeu. Trata-se de uma organização que presta informações aos jovens finlandeses sobre a Europa e constitui uma plataforma de debate europeu. Na minha opinião, é fundamental compreender a história da integração europeia. Pessoalmente, tenho boas recordações da minha experiência como participante no seminário internacional sobre o futuro da Europa na ilha de Ventotene, em Itália, na década de 1990. Foi nesta ilha tristemente célebre, onde, entre outros, esteve preso Altiero Spinelli, que comecei a estudar a sua ideia de uma Europa federal.

Esse espírito e essa ideia da Europa como algo mais do que um conjunto de Estados inspiraram toda a minha carreira e a minha vida como europeia. Enquanto deputada,

presidente do Partido Social Democrata da Finlândia e ministra das Finanças, sempre procurei reforçar e agir de acordo com o meu compromisso para com a Europa.

Fiz um longo percurso desde Ventotene e da cofundação da organização do Movimento Europeu na Finlândia até aqui. O nosso continente, e as suas aspirações comuns de um futuro próspero para todos, continua a ser para mim, pessoalmente, um ponto fundamental. Estas ideias e convicções levaram-me a ser ativa tanto na sociedade civil como na política. Quando faço o balanço, constato que todas estas experiências me ajudarão no meu eventual cargo de comissária para as Parcerias Internacionais.

Este desafio, que consiste no desenvolvimento mundial através de parcerias, recorda-me os anos que passei na comissão parlamentar das relações externas, nos conselhos de administração da *World Vision Finland* e da Iniciativa de Gestão de Crises, no comité de desenvolvimento finlandês e no comité de desenvolvimento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bem como os anos em que fui presidente da associação finlandesa das Nações Unidas, da comissão finlandesa da UNESCO e da comissão nacional finlandesa para o desenvolvimento sustentável, na qualidade de vice-primeira-ministra. O último elemento de ligação nesta cadeia é o exercício do cargo de representante especial do ministro dos Negócios Estrangeiros em matéria de mediação, no âmbito do qual me concentrei na África e no diálogo com as mulheres e os jovens. Estou fortemente empenhada em colocar a minha experiência ao serviço de um modelo europeu de desenvolvimento mais estratégico e eficaz que promova a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O trabalho que realizei em muitas frentes da cooperação internacional e do desenvolvimento ensinou-me que os grandes desafios da nossa geração só podem ser solucionados através da cooperação. Quer se trate de alterações climáticas, de desigualdade, de pobreza, de novas ameaças à segurança ou de erosão da democracia, só as parcerias e o trabalho em conjunto podem dar os resultados de que precisamos. De certa forma, isso também reflete a abordagem estratégica da presidente eleita, dado que no seu colégio os desafios que se colocam serão tratados em equipa, reunindo assim à mesma mesa todo o conhecimento e instrumentos relevantes.

A promoção da causa das jovens e das raparigas sempre foi para mim uma prioridade especial. Tendo sido a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra das Finanças na Finlândia, tive a honra de atuar como pioneira na promoção da igualdade de género e da liderança das mulheres na economia e na política. As questões de género e a igualdade têm sido temas fundamentais nas minhas diversas funções relacionadas com o desenvolvimento, bem como nas funções de representante especial em matéria de mediação. Velarei por que a igualdade de género e a emancipação das mulheres continuem a ser uma prioridade absoluta nas nossas políticas internacionais de cooperação e desenvolvimento.

Após ter recebido a carta de missão e conversado com a presidente eleita, aguardo com expectativa a possibilidade de poder basear-me na minha experiência enquanto ministra das Finanças do governo finlandês, em especial quando se trata de tirar partido de todo o potencial do Plano de Investimento Europeu para desbloquear o investimento privados e de capitais, tanto ao abrigo do atual como do futuro quadro financeiro plurianual. As relações com os países parceiros - África, Ásia, Caraíbas, Pacífico ou América Latina - devem centrar-se na criação de emprego e nos investimentos. As oportunidades económicas são alcançadas mediante investimento na educação e em soluções sustentáveis e digitais, que fazem parte das prioridades desta Comissão. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem uma

verdadeira agenda comum com os nossos parceiros; essa parceria será reforçada graças à elaboração de uma estratégia global para a África e à conclusão de um novo acordo com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (países ACP). Relativamente a estes últimos, o meu objetivo será assegurar a rápida conclusão das negociações para um Acordo pós-Cotonu que moldará a nossa cooperação com os países ACP nos próximos anos.

Com esta convicção e experiência europeias na sociedade civil e na política, estou interessada em atuar como membro da Comissão a fim de contribuir para a construção do futuro da Europa. Estou empenhada em reforçar as nossas parcerias internacionais e promover a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável nas nossas relações externas, em estreita cooperação com o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/vice-presidente e com outros comissários responsáveis por outras políticas. Graças ao meu conhecimento da sociedade civil e da atividade parlamentar, estou motivada para cumprir esta missão em parceria com o Parlamento Europeu e em estreita cooperação com a sociedade civil, que constituem interlocutores fundamentais na conceção e na execução das políticas, dos programas e dos projetos europeus.

A minha carreira sempre se baseou nos princípios de responsabilização e numa forte ética. Sempre tive o máximo cuidado em evitar quaisquer ligações a atividades económicas que possam causar conflitos de interesses. Comprometo-me a, desde a minha nomeação, cumprir integralmente as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência e transparência, imparcialidade e disponibilidade, conforme definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Se a minha nomeação for confirmada, respeitarei inteiramente a letra e o espírito do Tratado, em especial a obrigação de agir no interesse europeu e sem receber quaisquer instruções. Honrarei igualmente o Código de Conduta dos membros da Comissão Europeia e as suas disposições em matéria de conflitos de interesses. A minha declaração de interesses está completa e acessível ao público e atualizá-la-ei rapidamente caso seja necessária alguma alteração.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do colégio de comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Caso seja confirmada na minha nomeação, assumirei total responsabilidade política pelas atividades no domínio da minha competência, conforme indicadas na carta de missão. Creio que a Comissão von der Leyen será uma equipa forte empenhada nos valores que garantem uma orientação comum. Atribuo grande importância ao princípio da colegialidade e colaborarei plenamente com os outros membros do colégio.

Estou empenhada em promover as prioridades gerais da presidente eleita, como é o caso do crescimento e do emprego, o Pacto Ecológico, a Agenda Digital, Uma Europa mais Forte no Mundo e a gestão da migração. Acredito firmemente que é essencial uma estreita cooperação no âmbito do colégio de comissários para garantir a coerência, a qualidade e a eficácia das diferentes políticas. A cooperação é a nossa verdadeira força. Na qualidade de vice-primeira-ministra da Finlândia, trabalhei numa posição de liderança num governo de coligação. A formação de um consenso entre diferentes partes e interesses foi a essência do meu trabalho. Gosto de trabalhar em equipa.

Tive a honra de representar o meu círculo eleitoral durante 16 anos no Parlamento finlandês. Acredito na democracia representativa e, por conseguinte, no papel importante do Parlamento Europeu. Colaborarei com o Parlamento e com as comissões pertinentes em todas as fases do processo de elaboração de políticas e estou empenhada em encetar um diálogo político regular. A cooperação interinstitucional é da maior importância para assegurar o bom funcionamento do sistema institucional da UE e a eficiência e legitimidade do nosso sistema de tomada de decisões. Com abertura, confiança mútua, eficiência e diálogo regular, podemos trabalhar em conjunto na prossecução dos nossos objetivos comuns.

As orientações políticas e as cartas de missão da presidente eleita refletem estes princípios, com o objetivo de reforçar a relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Este aspeto é extremamente valioso e comprometo-me a assegurar um fluxo regular de informação, dando respostas de forma diligente e precisa às perguntas dos deputados do Parlamento Europeu à Comissão no âmbito das minhas responsabilidades, comunicando diretamente com os membros das comissões e estando disponível, tanto para reuniões bilaterais, como para as reuniões plenárias ou de comissões do Parlamento Europeu, sempre que necessário.

Comprometo-me a aplicar o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e o Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». A presidente eleita von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Apoio plenamente este objetivo no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de «Legislar Melhor». Sei que sou responsável perante os deputados diretamente eleitos do Parlamento Europeu e sinto-me extremamente honrada por isso. Velarei por que as comissões parlamentares participem em todos os grandes desenvolvimentos sob a minha responsabilidade, em pé de igualdade com o Conselho.

Perguntas da Comissão do Desenvolvimento

3. Execução e roteiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Parlamento Europeu e o Conselho Europeu solicitaram à Comissão que apresentasse uma estratégia europeia eficaz e integrada de execução dos ODS, incluindo um calendário pormenorizado até 2030, objetivos e ações concretas, bem como mecanismos de acompanhamento e de revisão.

Quais os pontos de vista da comissária indigitada sobre essa estratégia: quando poderia ser adotada, que potencial teria para reforçar a coerência das políticas para o desenvolvimento? Pode a comissária indigitada explicar para quais dos ODS pode a

cooperação para o desenvolvimento da UE contribuir, com particular relevância e valor acrescentado?

Acredito firmemente que a União Europeia deve continuar a desempenhar um papel de liderança na implementação global da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na erradicação da pobreza em todo o mundo. O compromisso da União de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reflete os nossos valores e constitui um sinal forte do nosso apoio ao multilateralismo.

A presidente eleita Ursula von der Leyen manifestou o seu compromisso inabalável em relação aos ODS. Em primeiro lugar, e em relação aos Estados-Membros, comprometeu-se a reorientar o Semestre Europeu para um instrumento que integre os ODS. Além disso, cada comissário foi incumbido de assegurar a realização dos ODS no seu domínio de intervenção e o colégio, no seu conjunto, será responsável pela sua execução global.

Todos os 17 ODS estão ligados. Para garantir uma utilização eficiente dos recursos e da adicionalidade, temos de continuar a explorar plenamente as interligações entre os ODS; por exemplo, aproximando ainda mais os aspetos sociais e económicos do desenvolvimento sustentável e as nossas agendas em matéria de clima e ambiente. Será extremamente importante para mim cooperar e coordenar-me com os meus colegas comissários a fim de assegurar a coerência das políticas, utilizando os ODS como guia das nossas ações a nível interno e externo, dentro e fora da UE.

Considero que é da minha responsabilidade específica contribuir para a execução da Agenda 2030 em estreita cooperação com os países parceiros da UE. Caso a minha nomeação seja confirmada, tenho a intenção de proceder do seguinte modo:

tenciono tomar como base o trabalho realizado pelo meu antecessor para promover a realização, por parte dos Estados-Membros, do objetivo de 0,7 % de ajuda pública ao desenvolvimento (APD).

Aproveitarei as oportunidades que os aspetos externos das prioridades políticas da próxima Comissão representam, como o Pacto Ecológico, para apoiar a execução da Agenda 2030 e dos ODS através de parcerias com países de todo o mundo. Estas parcerias devem apoiar a integração dos ODS a nível nacional. A Agenda 2030 será também fundamental para reforçar a coordenação a nível nacional com os Estados-Membros da UE.

Trabalharei no sentido de assegurar que o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional proposto esteja plenamente alinhado com a Agenda 2030. Este instrumento representa uma grande oportunidade de apoiar os países parceiros na consecução dos ODS. Os nossos quadros de resultados comuns com os Estados-Membros a nível nacional terão por base os quadros nacionais dos ODS. Por último, mas igualmente importante, quero garantir que cooperamos estreitamente com outros parceiros, incluindo a sociedade civil, com organizações internacionais como as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras, para acelerar a implementação da nossa agenda comum e melhorar o acompanhamento e a revisão em todo o mundo. Para alcançar esse objetivo, trabalharei em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e o Conselho.

4. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de 0,7 %

Em maio de 2015, o Conselho reafirmou o compromisso da UE em aumentar a sua ajuda pública ao desenvolvimento coletivo para 0,7 % do rendimento nacional bruto da UE. Contudo, em 2018, apenas quatro Estados-Membros atribuíram 0,7 % ou mais do seu RNB em APD, tendo o rácio APD/RNB diminuído ligeiramente em doze Estados-Membros. Importa, não só para os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento da UE, mas também para a credibilidade das nossas instituições e para a confiança que os nossos cidadãos colocam em nós, que a nossa União respeite os compromissos que estabelecemos, incluindo todos os que dizem respeito ao financiamento do desenvolvimento.

Enquanto comissária, que medidas tomaria para garantir que a UE e os seus Estados-Membros honrem os seus compromissos de financiamento em matéria de desenvolvimento (eventualmente incluindo a reintrodução de relatórios anuais sobre prestação de contas sob a responsabilidade da Comissão)?

Não pouparei esforços nesta questão crucial. A erradicação da pobreza é uma condição prévia essencial para o desenvolvimento sustentável mundial e está no centro da política de desenvolvimento e cooperação da UE. A UE deve continuar a ser o líder mundial da cooperação para o desenvolvimento.

Em 2018, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) da União Europeia representou 0,47 % do rendimento nacional bruto (RNB) da UE, longe da meta de atribuir coletivamente uma APD equivalente a 0,7 % do RNB até 2030. A diminuição da APD dos Estados-Membros da UE nos últimos dois anos é motivo de preocupação e tenciono trabalhar afincadamente para inverter essa tendência.

Incumbe aos Estados-Membros a principal responsabilidade de cumprir os objetivos em matéria de APD. Quatro Estados-Membros já cumpriram a meta de 0,7 % do RNB para a APD; felicito-os por este facto, mas temos de fazer melhor em conjunto. A Comissão Europeia continuará a acompanhar o desempenho da UE no seu conjunto e dos Estados-Membros individualmente. Com efeito, tenciono solicitar aos Estados-Membros que especifiquem a forma como tencionam proceder até 2030 para estarem em conformidade com este objetivo. O ODS 17 («Parcerias para a implementação dos objetivos») inclui o nosso compromisso de alcançar 0,7 % do RNB, bem como o nosso compromisso para com os países menos desenvolvidos (PMD), consagrado na meta 17.2 do ODS 17.

No que se refere aos relatórios de prestação de contas, irei certamente querer acompanhar de perto os compromissos assumidos pelos Estados-Membros em matéria de financiamento do desenvolvimento. Deveremos também ter em conta os resultados concretos da Cimeira das Nações Unidas sobre os ODS e do diálogo de alto nível sobre o financiamento para o desenvolvimento, que decorreram em Nova Iorque em 24 e 25 de setembro de 2019.

O pedido de aumentar a APD também significa que devemos ser muito concretos quanto aos resultados que podem ser obtidos. Nos próximos cinco anos, o meu principal objetivo será assegurar que o modelo de desenvolvimento europeu evolui em consonância com as novas realidades mundiais, tal como consta da minha carta de missão. O modelo deve ser estratégico e eficaz, apresentar uma boa relação custo-benefício e contribuir para as nossas prioridades políticas mais amplas. Gostaria também de debater a modernização da nossa cooperação para o desenvolvimento com os Estados-Membros e com o Parlamento Europeu.

5. Acordos de Parceria Económica / Estratégia UE-África / Comércio

As relações da UE com África assentam no Acordo de Cotonu e nos Acordos de Parceria Económica (APE), por um lado, e na cooperação internacional para o desenvolvimento, por outro. O comércio e o investimento são fundamentais para a criação de riqueza nos países em desenvolvimento.

Como comissária indigitada para as Parcerias Internacionais, foi-lhe atribuído pela presidente eleita da Comissão um mandato para desenvolver uma nova estratégia abrangente para África, com base na Aliança Sustentável UE-África.

Quais devem ser, em seu entender, os vários pilares da nova estratégia e como prevê que a nova estratégia integre o comércio, os APE e o investimento sustentável? Como prevê a cooperação e a repartição do trabalho com o comissário responsável pelo Comércio?

Qual é a sua opinião sobre o acordo de comércio livre continental africano (AfCFTA) e quais são as perspetivas de uma parceria comercial entre os dois continentes, tal como desejado pelo presidente Juncker na Nova Aliança?

A Europa tem uma parceria de longa data com África, o seu maior parceiro comercial, investidor e doador. Contudo, tanto a África como a Europa podem e devem ir muito mais longe em conjunto. Os nossos destinos ligados merecem o nosso compromisso conjunto de promover o desenvolvimento sustentável numa verdadeira parceria entre iguais.

Tendo em conta a importância económica crescente do continente africano e a atenção do mundo à sua dinâmica em mutação, a UE deve intensificar o seu empenhamento, com base na Aliança África-Europa para Investimentos e Empregos Sustentáveis. A Aliança reflete a necessária mudança de mentalidade, uma vez que promove interligações mais fortes entre a África e a Europa e um diálogo estratégico com o setor privado. A atração de investimento privado sustentável, o reforço do clima de investimento, o fomento do comércio intra-africano e intercontinental, bem como o aumento da criação de emprego e a promoção da empregabilidade, constituem eixos fundamentais da nossa agenda.

Trabalharei em cooperação com o alto representante/vice-presidente e com o comissário da Vizinhança e Alargamento, e em consulta com outros comissários, incluindo o comissário responsável pelo Comércio, no sentido de elaborar uma nova estratégia global para África. Acredito que a Aliança tem de crescer e passar a uma velocidade superior mediante parcerias políticas e económicas mais fortes, uma maior participação dos Estados-Membros da UE, mais meios e uma utilização mais coordenada dos instrumentos, uma maior coordenação com as empresas tanto na UE como em África, mais contactos interpessoais entre os dois continentes e um maior ajustamento às circunstâncias locais. Além disso, a UE deve promover o desenvolvimento de alta qualidade em África, integrando plenamente as prioridades em matéria de clima, de ambiente e de biodiversidade e no plano social. Surgirão oportunidades graças ao apoio dado a iniciativas africanas em curso para que estas progridam em termos de tecnologias, sobretudo digitais.

No que diz respeito mais especificamente às questões relacionadas com o comércio, considero que a abordagem promovida até à data é o caminho certo a seguir. O comércio e o investimento têm de ser tratados de forma integrada. São duas faces da mesma moeda quando

se trata do crescimento sustentável e de criação de emprego digno. A promoção do processo de integração económica a nível regional e continental em África e a promoção das relações comerciais com a UE são, por conseguinte, componentes essenciais de uma estratégia económica coerente em consonância com as prioridades da UE. Em conjunto com o comissário responsável pelo Comércio, garantirei que o comércio e o investimento continuam a ser prioridades na nossa agenda económica com África.

A UE presta ajuda ao comércio com o objetivo de reforçar as capacidades dos principais intervenientes, garantir que os países africanos beneficiam plenamente das oportunidades criadas pelos acordos comerciais, de modo a que o comércio contribua para o crescimento e a criação de postos de trabalho. Apoiamos os países parceiros na preparação e aplicação de acordos comerciais intrarregionais e bilaterais e, em especial, nos acordos de parceria económica e na zona de comércio livre continental africana.

A UE, que desde o início foi o mais forte apoiante do processo de integração africana, continuará a acompanhar e a apoiar esse processo. O reforço do apoio da UE à zona de comércio livre continental africana traduzir-se-á num crédito político importante. Acredito que precisamos de fazer melhor uso da experiência da UE, não só no domínio do comércio, mas também no que diz respeito às competências relevantes nos processos de integração económica.

6. A questão do género no desenvolvimento

Como tenciona a comissária indigitada promover uma maior igualdade de género e o empoderamento das mulheres nas políticas de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação e à luta contra a discriminação e a violência contra as mulheres e as raparigas? De que forma se traduzirão estas medidas, na prática, no Plano de Ação sobre o Género III, que está em preparação?

A igualdade de género e o empoderamento das mulheres e das raparigas continuarão a ser uma prioridade absoluta e serão integradas em todas as nossas ações. A educação das raparigas desbloqueará o desenvolvimento global através do reforço da igualdade, do estímulo das competências e da promoção do crescimento inclusivo.

A promoção do empoderamento das mulheres exige liderança e começa dentro das instituições europeias. A presidente eleita von der Leyen está a dar o exemplo ao garantir a paridade de género na sua equipa e orgulho-me de fazer parte deste projeto. Não é preciso ser mulher para promover a igualdade de género, mas é preciso ter uma liderança sensível ao género para colocar as mulheres e as raparigas no centro.

A educação é uma condição prévia para garantir o empoderamento das mulheres e das raparigas. Apesar dos progressos registados nos últimos anos, continua a haver disparidades. Quero, em especial, intensificar os nossos esforços nos países da África Subsariana, que apresentam as piores disparidades de género, e desenvolver em conjunto sistemas de ensino que promovam a igualdade de género na educação. Devemos também garantir que as mulheres e as raparigas têm acesso à formação técnica e profissional e que o mercado de trabalho é inclusivo e incentiva a participação das mulheres.

Infelizmente, a violência contra as mulheres e as raparigas continua a ser uma das violações mais generalizadas e devastadoras dos direitos humanos em todo o mundo. Precisamos que todos os parceiros internacionais trabalhem em conjunto para pôr fim a esta vergonha. Medidas como a iniciativa «Spotlight», que reúne a influência da ONU e da UE, da sociedade civil e dos governos, são essenciais para assegurar o impacto no terreno. Intensificarei os nossos esforços para integrar outros participantes, incluindo o setor privado, a fim de nos ajudar a lutar contra o aumento da violência contra as mulheres e as raparigas.

Muito foi feito nos últimos anos. O atual Plano de Ação da UE em matéria de igualdade de género¹ contribuiu para fazer avançar a agenda da igualdade de género em todo o mundo. Também lançou uma mudança de cultura institucional dos funcionários da UE e dos Estados-Membros, incluindo nas delegações da UE. Estabeleceu igualmente o ambicioso objetivo de pelo menos 85 % das novas ações de desenvolvimento adotadas até 2020 visarem a igualdade de género. Ainda não alcançámos esse objetivo, e quero continuar a coordenar os esforços com os Estados-Membros para o alcançar.

A Comissão lançou uma avaliação independente do Plano de Ação da UE em matéria de igualdade de género que permitirá fazer o balanço dos resultados obtidos até à data e retirar ensinamentos para o futuro. É provável que, após 2020, continuemos a precisar de ter um plano de ações concretas que traduza os nossos compromissos políticos. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Parlamento Europeu o apoio prestado a este respeito e para lhe pedir que continue a dar esse apoio no futuro, com vista a um eventual Plano de Ação sobre o Género III.

Uma coisa é clara: a igualdade de género não é apenas um objetivo em si (ODS 5), mas também um objetivo transversal essencial, se quisermos concretizar a Agenda 2030.

Gostaria de sublinhar o meu firme compromisso político e pessoal de assegurar que a UE lidera os esforços internacionais de defesa da igualdade de género em todo o mundo. Considero que o nosso trabalho coletivo é uma condição prévia para um futuro sustentável para todos e tenciono trabalhar em estreita colaboração com o comissário da Igualdade e outros comissários, a fim de assegurar a coerência das nossas políticas externas e internas.

7. Alterações climáticas e desflorestação

Os países em desenvolvimento são particularmente vulneráveis aos impactos das alterações climáticas e às medidas de atenuação e adaptação necessárias para travar a desflorestação a nível mundial. Tal é também necessário para proteger os direitos e os meios de subsistência das populações que vivem nas florestas e de outras pessoas vulneráveis e reduzir a taxa alarmante de perda de biodiversidade a nível mundial.

O Parlamento apelou a um aumento substancial do apoio à ação climática nos países em desenvolvimento, em especial no que se refere à adaptação, e a um plano de ação sobre a desflorestação, com medidas regulamentares, entre as quais a obrigatoriedade de diligência nas cadeias de abastecimento de produtos que representem riscos para as

¹ Plano de Ação II da UE em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres: Transformar a vida das raparigas e das mulheres através das relações externas da UE 2016-2020, SWD (2015) 182 final de 21.9.2015.

florestas e disposições ambiciosas para a floresta em todos os acordos comerciais e de investimento da UE.

Qual é a sua abordagem em matéria de ação climática nos países em desenvolvimento? Que novas medidas da UE proporia para fazer face à desflorestação e à perda de biodiversidade nesses países e que iniciativas legislativas, se for caso disso, incluiria nessas propostas?

A UE já está na vanguarda das ações climáticas e ambientais. Não devemos diminuir o nosso nível de ambição, mas sim ser mais ambiciosos a fim de promover o desenvolvimento sustentável do ponto de vista ecológico, social e económico.

Desde 2014, as intervenções relacionadas com o ambiente e as alterações climáticas no âmbito das competências da cooperação internacional e do desenvolvimento ascenderam a mais de 9 mil milhões de euros, o que corresponde a 23 % dos nossos fundos, ou seja, mais do que o objetivo fixado, que é de 20 %. Temos vindo a integrar as alterações climáticas e o ambiente a todos os níveis e em todas as nossas ações com os países parceiros.

As nossas ações centraram-se no fomento das energias renováveis, apoiando a agricultura e os sistemas alimentares sustentáveis, salvaguardando a biodiversidade, promovendo uma gestão urbana integrada e uma economia circular e ecológica.

Precisamos de uma forte dimensão externa para complementar o Pacto Ecológico Europeu e apoiar a transição para economias circulares com baixo nível de emissões nos países parceiros. Tal exigirá abordagens geográficas adaptadas a contextos específicos.

O apoio aos países parceiros na atenuação e adaptação às alterações climáticas e na redução da perda de biodiversidade será uma das minhas prioridades e a tônica do nosso investimento. Mais especificamente:

- No que diz respeito ao clima, apoiaremos a atualização e a plena aplicação dos contributos determinados a nível nacional (CDN) dos países parceiros no âmbito do Acordo de Paris sobre alterações climáticas e apoiaremos os esforços de adaptação e de redução dos riscos de catástrofes. Acompanharemos os parceiros na transição para uma economia verde e ecológica.

- No que se refere às florestas, intensificarei os nossos esforços. Com base na experiência adquirida com os acordos de parceria voluntários sobre a aplicação da legislação, a governação e o comércio no setor florestal (FLEGT), trabalharei em parcerias para promover a proteção das florestas, a restauração e a florestação. Para tal, tenciono cooperar estreitamente com o comissário do Ambiente e Oceanos.

- No que diz respeito à biodiversidade, apoiarei a liderança da UE na preparação da reunião de 2020 da Convenção sobre a Diversidade Biológica na China e intensificarei a colaboração com os países nossos parceiros em matéria de conservação e utilização sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais.